



REUNIÃO <u>ORDINÁRIA</u>			
CONSELHO DE CONSUMIDORES DA ENERGISA MINAS RIO			
Data	12/11/2025		
Horário de Início	17:00	Horário de Término	18:30
Formato	Virtual – Microsoft Teams		

PARTICIPANTES		
CLASSE RESIDENCIAL	Titular:	Rômulo Luiz de Aquino Colly
	Suplente:	-
CLASSE COMERCIAL	Titular:	-
	Suplente:	Maria Lúcia Coelho Andrade
CLASSE INDUSTRIAL	Titular:	Alcides Oliveira da Silva
	Suplente:	Jovino Fernandes de Azeredo Junior
CLASSE RURAL	Titular:	José Carlos Cardinot
	Suplente:	Adenilda Oliveira dos Santos
PODER PÚBLICO	Titular:	Jorge Luis da Silva
	Suplente:	Jeison Alvim Vianna
ENERGISA	Sec. Executiva Titular	Janaina Soares Lacerda de Sousa
	Sec. Executiva Suplente	-

ORDEM DO DIA
1. Abertura da reunião e leitura da ata de 08 de outubro de 2025;
2. Planejamento de reuniões 2026;
3. Apresentação do PAM 2026;
4. Treinamento: Resolução ANEEL nº 1.137/2024;
5. Palavra livre e encerramento.
ATA DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

- 1 No formato virtual, via Microsoft Teams, aos doze dias do mês de novembro do ano
- 2 de dois mil e vinte e cinco, realizou-se a Reunião Ordinária do Conselho de
- 3 Consumidores da Energisa Minas Rio. O Presidente Jorge Luis da Silva iniciou os
- 4 trabalhos dando as boas-vindas aos presentes, registrando a ausência justificada do
- 5 Vice-Presidente Luis Claudio, por motivos profissionais. Logo no início, a assessoria
- 6 efetuou a leitura da ata da reunião anterior, realizada em oito de outubro de dois mil
- 7 e vinte e cinco. Colocada em discussão, os conselheiros aprovaram o documento
- 8 por unanimidade. Em seguida, a assessoria técnica apresentou a proposta detalhada

do Planejamento Anual de Atividades e Metas (PAM) para o ciclo de 2026, destacando que o limite de repasses financeiros estipulado pela ANEEL para o conselho é de **R\$ 240.051,08**. Explicou-se que a proposta divide as ações entre o orçamento interno (na área de concessão) e o externo (fora da área), englobando 10 reuniões ordinárias, sendo quatro virtuais e seis itinerantes, distribuídas ao longo do ano. Para a promoção de eventos, o plano sugeriu um **Workshop** voltado ao Poder Público em maio, com foco em iluminação pública, poda e aparelhos de sobrevida; a **Audiência Pública** em setembro para a renovação de mandatos; e um **Seminário de Contingência** em outubro. No âmbito da divulgação, sugeriu-se campanhas de rádio, produção de folders e manutenção da página do conselho. Na capacitação, foi previsto um programa de treinamento virtual em formato de aulas previamente gravadas, eliminando a necessidade de agendamento de convocações rígidas e dando flexibilidade para os conselheiros assistirem quando puderem. O conselheiro Jeison Alvim Vianna e a representante da distribuidora, Janaina Soares Lacerda de Sousa, por serem mais novos no grupo, receberam da assessoria esclarecimentos específicos sobre a importância regulatória da Audiência Pública quadrienal e a forma de recondução ou indicação de representantes pelas classes. Na sequência, Janaina Soares Lacerda de Sousa explicou detalhadamente o funcionamento e a programação proposta para o Workshop do Poder Público, previsto para maio de 2026. Ela relatou que a Energisa atende atualmente 67 municípios em sua área de concessão e que a primeira edição desse workshop, realizada no ano anterior, buscou aproximar as prefeituras da distribuidora para alinhar fluxos de trabalho e eliminar ruídos de comunicação sobre temas técnicos cotidianos. Janaina exemplificou que a programação abordará as regras e a antecedência de 30 dias necessária para pedidos de ligações provisórias, como em feiras e exposições, detalhando que muitas prefeituras enviam solicitações complexas (que demandam obras ou instalação de transformadores) com apenas três dias de antecedência, comprometendo o planejamento das equipes técnicas locais que já possuem outras obras alocadas. Além disso, a programação englobará discussões sobre as responsabilidades de iluminação pública, poda de vegetação e a segurança na convivência com a rede, visando estreitar o relacionamento com os prefeitos, secretários de obras, vereadores e responsáveis pela Defesa Civil, de modo a desburocratizar as demandas políticas comuns, como pedidos de realocação de postes que geram custos e necessitam de aprovação de orçamento pela prefeitura ou câmara municipal. Instigado pelo tema das podas, o conselheiro Jeison Alvim sugeriu que a Energisa também inclua nos temas deste Workshop Poder Público o problema do uso mútuo de postes pelas operadoras de telefonia e a necessidade de limpeza dos cabos soltos, pois o cidadão comum costuma confundir a fiação telefônica com a de energia. Após as explicações da assessoria, a proposta do PAM 2026 não recebeu nenhuma solicitação de alteração, sendo aprovada por todos os presentes. Dando início à sessão de treinamento técnico da nova regulamentação decorrente da CP 32 da ANEEL, Janaina detalhou que a referida Resolução nº

1.137/2024 estabelece parâmetros nacionais para aumentar a resiliência das redes de distribuição frente a eventos climáticos severos. Explicou que, embora a arborização urbana e a poda preventiva permaneçam como atribuição municipal, a norma formalizou regras de cooperação e permite à concessionária efetuar podas ou cortes emergenciais em casos de risco à rede e à população, devendo notificar o município na sequência. Apresentou ainda os prazos regulatórios que a distribuidora deve cumprir a partir da publicação da norma, tais como: a criação imediata de canais exclusivos e planos de comunicação com o poder público (incluindo o canal 0800 dedicado até o fim de novembro), formalização de convênios de manejo vegetal com as prefeituras, o estabelecimento de critérios para cessão de equipes humanas e equipamentos entre distribuidoras externas em situações de crise extrema, e a publicação transparente dos indicadores DEC e FEC sem expurgos de emergência. Detalhou também a criação do indicador de Duração da Interrupção Individual em Situação de Emergência para fins de compensações automáticas e retroativas aos consumidores que ficarem sem energia nos cenários de emergência comprovada por eventos como vendavais, deslizamentos e enchentes, além do reforço às regras de ressarcimento por danos elétricos em até 20 dias após o deferimento do pedido. Encerrando o treinamento, foi aberto um espaço para perguntas e colocações. O assessor do conselho questionou como a Energisa avaliava atualmente o nível de compreensão das prefeituras sobre as respectivas obrigações de supressão e recolha de galhos, ao que Janaina respondeu que, no geral, a relação é boa e os municípios compreendem seus papéis, variando conforme a gestão local. O conselheiro Rômulo ponderou que, embora as instituições conheçam as normas, o cidadão final enfrenta severa dificuldade de entendimento e acaba cobrando da distribuidora o que é dever da prefeitura, gerando um jogo de empurra-empurra. Aprofundando o debate sobre as falhas locais, o conselheiro da classe rural, José Carlos Cardinot (seu Juca), relatou que a Defesa Civil de Nova Friburgo elaborou em 2024 um laudo formal indicando que a retirada de árvores de grande porte e risco iminente na Estrada Ernesto de Souza Cardinot é de responsabilidade da distribuidora. Ele ressaltou que a Energisa esteve no local em outubro de 2024, mas removeu apenas uma árvore parcialmente e deixou outras duas sob risco, o que gerou grave transtorno em abril de 2025, quando a queda de um espécime de grande porte quebrou postes de energia, interrompeu o tráfego e gerou severos prejuízos à produção rural local. Cardinot acrescentou ainda que, na Estrada Granja Spinelli, galhos podados há quatro meses continuam acumulados na via pública, impedindo o tráfego regular e exigindo uma cobrança conjunta do conselho e da empresa perante o município para a devida recolha. Diante das queixas, Janaina solicitou o envio formal do laudo da Defesa Civil e o número dos protocolos e se comprometeu a verificar imediatamente o caso com o supervisor local, Fabrício, cuja competência foi muito elogiada pelo conselheiro Cardinot. Na sequência, a conselheira Adenilda Oliveira sugeriu que a primeira reunião itinerante do ano de 2026, marcada para fevereiro em Manhuaçu, ocorra após o período de Carnaval e em data próxima aos

93 eventos de "Dia de Campo" rurais, facilitando a participação de produtores locais na
94 entrega do calendário rural. Ela informou, contudo, que estará em gozo de férias em
95 janeiro e que, por se deslocar para área rural com sinal de telefonia precário, não
96 teria condições de participar de reuniões virtuais naquele mês. O Conselho decidiu,
97 por unanimidade, acolher a sugestão de Adenilda, estabelecendo que não haverá
98 reunião ordinária em janeiro, iniciando-se os trabalhos oficiais de 2026 diretamente
99 de forma itinerante em fevereiro. Para fechar a pauta administrativa, o colegiado
100 abriu discussão para definir a confraternização de encerramento de 2025. O
101 conselheiro Rômulo sugeriu a realização do evento no dia quatro de dezembro em
102 um novo restaurante recém-aberto no centro de Nova Friburgo, argumentando que
103 as mesas do local favorecem a circulação e a conversa entre os membros, ao
104 contrário do formato retangular rígido das churrascarias tradicionais anteriormente
105 utilizadas onde as pontas opostas não se comunicavam. O Presidente Jorge Luis da
106 Silva corroborou a crítica de Rômulo ao formato das reuniões anteriores e acolheu a
107 sugestão do novo local. Os conselheiros Fernandes e Juca acordaram em fazer uma
108 visita de vistoria ao restaurante durante a semana para fechar os detalhes de custos
109 e repassar à Secretária Rosania para a devida reserva. Finalizados todos os pontos,
110 o Presidente Jorge Luis da Silva agradeceu a participação e o debate qualificado dos
111 presentes e encerrou formalmente a sessão.